

De olho na regularização

Categories : [Notícias](#)

O Ministério Público Federal (MPF) no Pará está de olho na festa governista de "regularização" de terras e informou ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que pode recorrer à Justiça caso não sejam feitas vistorias nas áreas que estão sendo entregues pelo programa Terra Legal. Até o início de novembro, o governo diz ter cadastrado 16,7 mil posseiros e 2,8 milhões de hectares em assentamentos na Amazônia. A meta é "beneficiar" 300 mil posseiros. Em entrevista a **O Eco**, a ex-ministra Marina Silva comentou que a iniciativa federal, nos moldes atuais, "é preocupante. Isso não é ordenamento territorial, isso é transferência de terras".

Para o MPF, a falta de vistorias pode prejudicar interesses de comunidades tradicionais, provocando a titulação de posses individuais em territórios dessas populações. Na recomendação, são exigidas vistorias prévias à regularização fundiária das ocupações em imóveis rurais com até quatro módulos fiscais em áreas da União e também das ocupações em terras públicas da União em áreas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, no Pará. O ministério tem 30 dias para atender ao pedido do MPF. Confira sua recomendação [aqui](#).

Saiba mais:

[O desafio é continuar](#)

[Com chapéu dos outros](#)